

2. NÍVEL HABILITACIONAL

2.1 Identifique a Licenciatura/ Grau Académico:

2.2 Indique os cursos de pós-graduação, mestrado e/ou doutoramento:

3. SITUAÇÃO JURÍDICO/ FUNCIONAL DO TRABALHADOR

Nomeação Definitiva

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Outra (qual) _____

3.1 Órgão ou serviço onde exerce:

3.2 Carreira e categoria detidas:

3.3 Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:

4. REQUISITOS DE ADMISSÃO

"Para o efeito declaro, sob compromisso de honra, que reúno os requisitos legais previstos no n.º 1 do art.º 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à administração local pela Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto"

Sim

Não

5. NECESSIDADES ESPECIAIS

Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.

6. DECLARAÇÃO (alínea g) do n.º 1 do art.º 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril)

"Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas".

Localidade _____ **Data** _____

Assinatura

Documentos que anexa à candidatura:

Curriculum Vitae

Certificado de habilitações

**Comprovativos de formação e
experiência profissional**

**Declaração do serviço a que o
candidato se encontra vinculado (**)**

Outros:

(*) Para os devidos efeitos, declaro que autorizo a minha notificação via correio eletrónico para o endereço fornecido, para fins do presente procedimento concursal ▪

(**) Declaração atualizada e autenticada onde conste a identificação da relação jurídica de emprego público estabelecida, a carreira e categoria em que se encontra integrado, a antiguidade na carreira e na função pública, as funções que exerce, e, sendo o caso, o tempo de serviço prestado em funções dirigentes.

Declaração de Tratamento de Dados - Recursos Humanos

A Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra (doravante CMPS), na qualidade de responsável pelo tratamento e na qualidade de entidade empregadora pública, irá tratar os dados pessoais para as finalidades de gestão dos serviços de Recursos Humanos (RH). A condição de licitude do tratamento é o cumprimento de obrigação contratual, ou um requisito necessário para celebrar um contrato. Todos os dados do formulário são de preenchimento obrigatório, quando aplicáveis.

Tratamos as seguintes categorias de dados pessoais:

- Dados de identificação do candidato, incluindo primeiro nome e apelido, números de identificação civil e fiscal e nacionalidade;
- Informações de contacto do candidato, incluindo morada de residência, número de telemóvel, endereço de email;
- Data de nascimento do candidato
- Dados sobre habilitações escolares e cargos/funções anterior ou atualmente desempenhados(as)

Em certas circunstâncias, partilhamos e/ou somos obrigados a partilhar os seus dados pessoais com terceiros fora da CMPS, para cumprimento de obrigações legais e procedimentais, sempre de acordo e em conformidade com as leis de proteção de dados aplicáveis. Estas partes irão atuar como responsáveis pelo tratamento dos seus dados pessoais por direito próprio, e serão responsáveis pelo cumprimento das leis de proteção de dados aplicáveis.

Os dados pessoais serão mantidos em conformidade com os prazos e procedimentos legais aos quais a CMPS se encontra obrigada a cumprir nos termos da legislação aplicável. Mantemos garantias, designadamente procedimentais, para proteger a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus dados pessoais. Em particular, tomamos medidas adequadas de segurança contra o processamento de dados pessoais ilegal ou não autorizado, e contra perda acidental ou dano de danos pessoais. Os responsáveis pelo tratamento de dados pessoais, bem como as pessoas que, no exercício das suas funções, tenham conhecimento dos dados pessoais tratados, ficam obrigados a sigilo profissional, mesmo após o termo das suas funções.

O candidato, sujeito às limitações inerentes à condição de licitude do tratamento dos dados pessoais, tem o direito de solicitar o acesso, a correção ou a eliminação dos dados pessoais, bem como de requerer a portabilidade dos dados. Também tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais em determinadas instâncias. O candidato tem o direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Para mais informações sobre a Política de Privacidade do Município consulte o nosso site em www.cm-pampilhosadaserra.pt ou envie um e-mail para dpo@cm-pampilhosadaserra.pt.

Tomei conhecimento e concordo. O Candidato: _____